



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150690 - SC (2021/0230320-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MARCIO JOSE PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARCELO GONZAGA - SC019878  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCIO JOSE PEREIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5027855-88.2021.8.24.0000/SC).

O recorrente foi preso preventivamente em razão da suposta infração do art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VI da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não foram especificados os fatos concretos que justificariam a prisão, carecendo o acórdão recorrido de fundamentação idônea.

Alega que seus predicados pessoais lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Argumenta, por fim, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, a revogação da segregação cautelar ou sua substituição por medidas alternativas. No mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja confirmado o pleito sumário, reconhecendo-se, ainda, a nulidade do acórdão recorrido por ausência de fundamentação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 67-71):

*A prisão em flagrante do paciente se deu em 26.05.2021, sendo convertida em preventiva, em vista da necessidade de salvaguardar a ordem pública, ante a gravidade concreta da conduta (modus operandi), bem como para assegurar a aplicação da lei penal, pelo que fez constar a magistrada a quo (evento 24 - autos n. 5009354- 71.2021.8.24.0005):*

*[...] Em regra, 3 (três) são os requisitos para a decretação da prisão preventiva, o primeiro, relativo ao crime (art. 313 do CPP), o segundo, o fumus commissi delicti (prova da existência do crime e indício suficiente de autoria) e, por fim, o terceiro, consubstanciado no periculum libertatis.*

*A pena máxima cominada abstratamente*

ao delito em análise ultrapassa os 4 anos de reclusão, satisfazendo, portanto, a hipótese elencada no art. 313, inc. I, do Código de Processo Penal.

O *fumus commissi delicti*, consistente na materialidade e indícios da autoria, encontra-se presente, conforme alhures consignado.

O *periculum libertatis*, por seu turno, evidencia-se pela necessidade de acautelar a ordem pública, sobretudo em decorrência da gravidade concreta da conduta supostamente perpetrada e do risco a aplicação da lei penal.

Na espécie, denota-se que os conduzidos são primários e não ostenta processos em andamento (evento 3).

Entretanto, não se pode olvidar da considerável quantidade de droga apreendida na operação policial - o total aproximado 10kg (dez quilos) de maconha, capaz de abastecer considerável número de usuários da região, cuja circunstância, certamente, indica a nocividade da atividade e risco concreto de reiteração delituosa.

Por certo, tamanha porção de entorpecentes apreendido demonstra a magnitude da atuação do conduzido no comércio ilícito das substâncias.

[...].

Como se vê, ao contrário do que sustenta o impetrante, tem-se que o decreto preventivo está devidamente fundamentado, porquanto o magistrado singular, com base em elementos constantes no caderno processual, verificou a prova da materialidade do ilícito e indícios suficientes da autoria, demonstrando, ainda, a necessidade de garantia da ordem pública pela gravidade concreta da suposta prática delitiva, risco de reiteração criminosa, bem como para assegurar a aplicação da lei penal e evitar eventual fuga por parte do paciente, porquanto não reside no distrito da culpa.

Extrai-se dos autos, que no dia de 25 maio de 2021, em tese, o ora paciente conduziu seu veículo até a cidade de Balneário Camboriú, a pedido do indivíduo Welitom, o qual havia conhecido recentemente no morro do Mocotó, e juntamente com eles estava o adolescente W. F. do N., na posse destes, policiais militares apreenderam aproximadamente 10kg (dez quilos) de maconha. Portanto, supostamente, Marcio participou da empreitada, pois cooperou de forma efetiva no tráfico.

Ora, a quantidade de entorpecente apreendida e o *modus operandi* leva a crer que, aparentemente, o paciente tinha conhecimento sobre o tráfico de

*drogas e ainda assim, pretendia crescer sua renda fazendo o transporte da droga, fator que denota a alta periculosidade e o risco de reiteração delitiva.*

*Dessa forma, a segregação cautelar deve ser mantida para garantia da ordem pública e também para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista que Marcio não reside no distrito da culpa.*

*[...].*

*In casu, conforme exposto acima, havendo a necessidade da manutenção da prisão preventiva, mostra-se incompatível a fixação de medidas cautelares alternativas da prisão.*

*Destarte, presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, vislumbro imperiosa a manutenção da segregação cautelar do paciente e, ao menos por ora, reputo inviável a substituição por medidas cautelares diversas da prisão.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência